

ARTICULAÇÕES ESTÉTICAS

ENTRE NARRATIVAS LITERÁRIAS E IMAGÉTICAS: A ESCRAVIDÃO EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

10.29327/210932.9.1-7

Jeissyane Furtado da Silva
Universidade Federal do Acre
jeissyfurtados@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6532-0513>

Emilly Nayra Soares Albuquerque
Universidade Federal do Acre
emillynayras@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-5726-3659>

Daniele Silva da Cunha Almeida
Universidade Federal do Acre / Instituto Federal do Acre
daniele.almeida@ifac.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-3237-0052>

RESUMO: Este artigo tem por objetivo uma reflexão sobre as estéticas literárias e imagéticas, enquanto formas linguísticas, que se debruçam à escravidão. Entre as produções analisadas, propomos um debate que circunda as questões de gênero e raça, a partir de uma postulação teórico-comparativa entre as imagens de Jean-Baptiste Debret (1818, 1822, 1827, 1835), Henry Chamberlain (1830), Francis Meynell (1845) e Tarsila do Amaral (1930) e as letras de Maria Firmina dos Reis (2018), Angela Davis (2016), Eduardo de Assis Duarte (2017), Sidney Chalhoub (2018), Herbert Klein (2018) e Keila Grinberg (2018), dialogamos perspectivas que se debruçaram a discutir a suposta condição de inferioridade e a representação do negro, inseridos em uma lógica de construção de poder e controle sobre o outro.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita. Composições artístico-literárias. Escravidão.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, os meandros da escrita literária e iconográfica surgem enquanto corpus de pesquisa, para pensar temáticas referentes ao processo de representação do negro, compreendido enquanto um ambiente que possibilita a reflexão das problemáticas que envolvem a conjuntura política, econômica e social do período em questão. O século XIX marca, em certa medida, a independência das colônias, a abolição dos escravos, a formação de uma sociedade americana e, conseqüente a isso, um ideal de nacionalidade e identidade, ainda que marcado pela pluralidade de sua colonialidade.

Através de uma análise comparativa entre a escrita e a imagem, refletimos sobre a narrativa dos afrodescendentes, em sua maioria advindas dos próprios relatos daqueles que vivenciaram as amarras da escravidão, objetivamos uma discussão que pense sobre a repre-

sentação do escravo e de algumas temáticas que lhes foram pertinentes, como a alforria, o estupro e a maternidade, em uma análise que atravessa a perspectiva social, racial e de gênero. Esta perspectiva permite, inclusive, verificar as (des)consoantes imagens que vão sendo postuladas sobre a escravidão, aqui revisitada em uma perspectiva histórica.

A partir de um corpus teórico voltado aos estudos raciais, nos escritos de Angela Davis (2016), Herbert Klein (2018) e Keila Grinberg (2018), compreendemos que revisitar a história e os discursos que dela emanam é, a partir de nossas experiências e memórias, dar voz àqueles que ficaram, por não atenderem ao modelo estético, condicionados ao esquecimento e ao desconhecimento. A exemplo disso, citamos as figuras de Luiz Gama e Maria Firmina dos Reis, relegados a uma literatura menor, sem uma compreensão de seus outros papéis sociais e o devido reconhecimento destes. Nessa medida, também, nos permite confrontar com as ideias formadas por uma história que heroiciza os colonizadores, haja vista o lugar de onde emana o discurso oficial de nossa história e, nesse caso em específico, da escravidão.

As imagens apresentadas, de pintores internacionais e brasileiros, como Jean-Baptiste Debret e Tarsila do Amaral, evocam diferentes olhares a esse sujeito que, assim como o indígena, passa a ser ressignificado desde o seu conceito, se enquanto *escravo* ou *escravizado*, tomando uma perspectiva decolonialista que confronta as manifestações coloniais em nossa contemporaneidade, tecidas pelas formas linguísticas. Pensando nessa formação, iniciamos um debate que consiste em uma teoria que versa e se debruça a entender a formação da negritude no Brasil, pensando nos processos que lhes foram decorrentes e que, em certa medida, se manifestam em seus textos até a atualidade.

Por isso, em um primeiro momento, refletimos sobre as escritas emancipatórias do século XIX (DUARTE, 2017) e, como dessa forma, postulam uma literatura que se consolida na contemporaneidade e permite uma reflexão, ao negro, sobre a sua identidade cívico-cultural. Em uma escrita que toma faces particulares, a exemplo da literatura de Maria Firmina dos Reis (2018), o protagonismo das mulheres, consoante às perspectivas tomadas na vivência escrava, são essenciais para pensar os processos emancipatórios dos discursos afrodescendentes tecidos nas literaturas e nas seguintes iconografias analisadas.

Posteriormente, evocando uma experiência da escravidão, apresentamos as pinturas de Jean-Baptiste Debret (1818, 1822, 1827, 1835), Henry Chambertain (1830), Francis Meynell (1845) e Tarsila do Amaral (1930), que se debruçam e nos ajudam a pensar sobre o sujeito escravizado. Tais representações, ainda concebidas e rodeadas por estereótipos fundamentados por performances midiáticas, que tendem a trazer o sujeito de forma genérica e descontextualizada às suas particularidades identitárias e culturais, consolidam a necessidade de revisitar a escravidão, na defesa de uma “experimentação da biopolítica” (MBEMBE, 2018, p. 27).

ESCRITAS EMANCIPATÓRIAS NO SÉCULO XIX: "SORORIZANDO" A SOCIEDADE ESCRAVOCRATA

O Brasil do século XIX é um país de revoluções, reconfigurações e reinvenções: é palco de mudanças políticas, como a Independência do Brasil, a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República; no plano econômico, a consolidação das cidades; no social, o fortalecimento do Rio de Janeiro enquanto capital e a constituição da consciência na-

cional; e no plano de construção identitário, a formação da ideia de brasilidade e da classe intelectual brasileira.

Permeados por uma sociedade em ascensão, a Literatura do século XIX evidencia a sociedade de sua época, ainda que seja contraditório pensar esse fato como acontecimento do Romantismo: os ideais de nacionalidade e idealização da natureza refletem a necessidade de pensar o que é Brasil e, conseqüentemente, o que é ser brasileiro; a realização do índio como herói representa a emergência de vangloriar a origem étnica dessa brasilidade que está a surgir; e, por mais que não tenha sido elucidativo em grande parte das narrativas deste século, o silenciamento e a nova personificação dada ao negro revisitam a necessidade de discutir a escravidão e as suas conseqüências à nação que surge.

A escrita emerge como processo emancipatório no século XIX, que prega a liberdade, a fraternidade e a igualdade. É, pois, nesse século que as identidades marginalizadas e subalternas ressurgem na escrita, como as narrativas dos ex-escravos: o cubano Juan Francisco Manzano, escrevendo *Autobiografia do poeta escravo* (1840); os norte-americanos Frederick Douglass e Solomon Northrup, elaborando *Narrativa da vida de Frederick Douglass* (1845) e *Doze anos de escravidão* (1853), ao relatar a injustiça, a brutalidade e a corrupção da escravidão. Estas narrativas ainda se encontram no julgamento de seu caráter literário, haja vista que partem de um relato ficcional.

Tal consideração ainda permeia como uma problemática nos estudos de literatura afro-americana, ao se configurar como literatura ou como reconstrução histórica, o que corrobora para a ideia de que surge como uma “literatura menor”. No entanto, alguns literatos se reafirmaram em literaturas que tematizam o negro, como a cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda, ao escrever *Sab* (1841) que tematiza sobre um amor platônico e proibido entre um escravo e a sua senhora; a norte-americana Harriet Beecher Stowe, que escreve *A cabana do pai Tomás* (1852), trazendo a ideia de que o escravizado deve ser livre por ser virtuoso; e os brasileiros Maria Firmina dos Reis e Luís Gama, escrevendo *Úrsula e Primeiras trovas burlescas de Getulino*, ambas literaturas publicadas em 1859, com uma reflexão sobre o negro escravizado e o retorno à ancestralidade africana como reafirmações de uma identidade brasileira e a consciência do negro como sujeito e não como objeto de mercado, como era visto pelo sistema escravista.

Como percebemos, a escrita não foi emancipatória somente aos negros, subalternos pela condição da escravidão, mas também para as mulheres, como identificamos a partir das contribuições da autora afro-feminina, Maria Firmina dos Reis. Até o século XVIII, a participação feminina no campo literário era quase inexistente, assim como sua inserção em determinados espaços da sociedade também eram negados, restritos e até mesmo impensáveis para época, deste modo, esse não aparecimento e posterior manifestação feminina são vistos como um reflexo dos espaços alcançados pela mulher dessa época.

É no século XIX, pautado pelos princípios da Revolução Francesa, que a mulher entra em espaços até então exclusivamente masculinos. Jane Austen, Mary Shelley e as irmãs Brontë se tornam pioneiras, pela condição de gênero e da sociedade na qual viviam, mesmo que ainda assinassem sob pseudônimos, escrevendo sobre a sociedade e o mundo que as rodeava. A escrita feminina permitiu uma nova forma de pensar a Literatura, não somente no aspecto social, mas também ao nível temático e estrutural, já proporcionados pela liberdade então proposta no Romantismo (CANTON, 2016, p. 108-109).

A escrita desses sujeitos permite, em certa medida, um caráter denunciatório das opressões sociais, mas também reconfiguram a forma de ver e pensar o mundo e, conseqüentemente, a Literatura. Podem, então, fundamentar uma nova linguagem literária, como vemos nas construções poéticas de Maria Firmina dos Reis e Luis Gama, ao mesclar a tradição literária com temáticas e representações particulares à experiência negra. Pensar na literatura de Buchi Emecheta, Toni Morrison, Teresa Cárdenas e Conceição Evaristo, escritoras que tematizam a experiência da mulher negra na contemporaneidade, sem ponderar as produções permitidas pelos escritores do século XIX, torna-se incompreensível em suas construções, por suas condições de gênero e raça.

Temas que, por exemplo, são encontrados na superficialidade na literatura firminiana, são bem solidificados pelas escritoras citadas: a nigeriana Buchi Emecheta, em *As alegrias da maternidade* (1979), fundamentada sobre a maternidade da mulher negra; a norte-americana Toni Morrison, em *Amada* (1987), escrito cem anos depois do conto firminiano *A Escrava*, nos relata sobre a escravidão psicológica, a condição patológica proveniente da escravidão, questões sobre o abandono e a maternidade da mulher negra; a cubana Teresa Cárdenas, em *Cartas para minha mãe* (1998) e *Cachorro Velho* (2005), tematizam sobre o órfão negro, a estética negra e as relações abusivas no período escravocrata; e a brasileira Conceição Evaristo, em *Olhos d'água* (2014), abordando sobre a experiência do abandono parental e o descaso do estado com as populações marginais.

A escrita afro-feminina surge de forma diferenciada à de escritores negros, como Lima Barreto, Cuti e Paulo Lins, por exemplo. É uma literatura que exprime uma experiência diferenciada, permeada por dois aspectos: gênero e raça. A filósofa Angela Davis, ao refletir sobre o legado da escravidão para a mulher negra, defende que “proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas [...] Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadora” (DAVIS, 2016, p. 17). Se não havia a percepção de que o negro era um sujeito, a mulher negra era vista como uma anomalia no que se refere à ideia de feminilidade, como aponta a escritora.

No nível temático, sobre a maternidade da mulher negra, que envolve grande parte das narrativas da literatura afro-feminina, a filósofa ressalta:

A exaltação ideológica da maternidade - tão popular no século XIX - não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram ‘reprodutoras’ - animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como ‘reprodutoras’, e não como ‘mães’, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe como bezerros separados das suas vacas. Um ano após a interrupção do tráfico de populações africanas, um tribunal da Carolina do Sul decidiu que as escravas não tinham nenhum direito legal sobre suas filhas e seus filhos. Assim, de acordo com essa medida, as crianças poderiam ser vendidas e separadas das mães em qualquer idade (DAVIS, 2016, p. 19-20).

Ao falar da vivência da mulher escrava, como pontua Angela Davis, maternidade, estupro, trabalho e família surgem como indissociáveis. A mulher escrava assume uma

identidade que é alheia a personificação da mulher e do negro, haja vista que sofre por esses dois fatores: não lhe é permitido vivenciar alguns aspectos da sua condição de gênero, como a maternidade; e ainda que esteja no mesmo posicionamento que o homem escravo, sofre o estupro como imposição do poder por parte dos seus senhores.

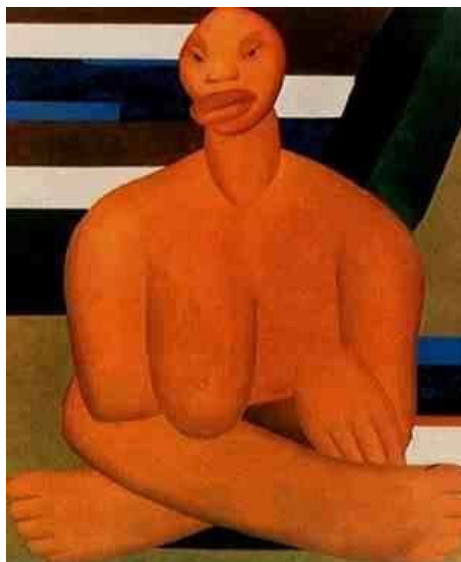
Nas narrativas da literatura afro-feminina, a maternidade surge como principal eixo temático: em *Amada*, a personagem Sethe se culpa por ter matado a filha ao considerar a possibilidade de seu retorno para a escravidão; em *A escrava*, a personagem Joana sofre com a perda dos filhos que foram levados por um feitor e, por isso, beira a loucura; em *As alegrias da maternidade*, a personagem Nnu Ego é assombrada pela possibilidade de ter sido amaldiçoada por não conseguir ter filhos e, posteriormente, com a sua infelicidade e demasiada preocupação com seus diversos filhos.

Para a mulher escravizada, as múltiplas identidades assumidas são desafios a serem enfrentados, pois “casamento e reprodução pressupunham cumprir uma dupla jornada de trabalho e submeter-se a uma dupla sujeição - ao senhor e ao marido” (MACHADO, 2018, p. 334-335). Além disso, significava que “ser mãe engendrava situações altamente dúbias, nas quais as alegrias da maternidade vinham misturadas ao medo dos maus-tratos, da separação e de outras dificuldades que causariam sofrimento à criança” (MACHADO, 2018, p. 339).

A maternidade, de certa forma, soa como um direito inalcançável à mulher. Além do controle exercido sobre o seu corpo, através do estupro, ele também era exercido sob a forma como era vista e sobre a sua maternidade, violada de diversas formas:

Para o Brasil, em diferentes épocas e lugares, não são raros os documentos que mencionam a existência de mulheres realizando trabalhos pesados às vésperas do parto, ou relatos que explicam como mulheres deram à luz na roça enquanto carregavam pesos desproporcionais. Viajantes descreveram escravizadas com filhos muito pequenos que iam para a roça amarrados às costas da mãe, e esta passava o seio por cima do ombro ou por debaixo do braço, de forma a não parar de trabalhar nem mesmo para amamentar (MACHADO, 2018, p. 337).

Os limites do corpo e o desrespeito com as suas resistências eram totalmente violados. Por essa razão, muitas mulheres negras morriam muito jovens, vítimas das condições desumanas a que eram submetidas. A cena descrita por Maria Helena Machado é também encontrada na pintura *A negra* (1923), da modernista Tarsila do Amaral, inspirada nas escravas que fizeram parte do seu imaginário infantil. A obra em questão traz elementos do cubismo e do expressionismo, confeccionada enquanto a pintora realizava seus estudos na Europa.

Figura 1 - *A negra*, de Tarsila do AmaralAMARAL, Tarsila. **A negra**. [1923].¹

A pintura em questão é significativa pelas simbologias discursivas que aborda: as pernas cruzadas representam uma resistência à política do estupro, prática comum no período escravocrata; as bananeiras, ainda que “distorcidas”, ao fundo trazem a noção de nacionalidade; os seios caídos remetem a passagem relatada por Maria Helena Machado, quando as mulheres jogavam os peitos pelas costas ou por debaixo dos braços para que as crianças pudessem amamentar; e a própria figura da mulher negra, posta como símbolo de feminilidade brasileira.

Depois da maternidade, o estupro surge como uma temática comum e pertinente, ainda que não tenha sido retratada por Maria Firmina dos Reis. Como medida de controle e de reprodução sobre o corpo feminino, o estupro foi romantizado, culpabilizando a vítima quando considerado:

Outro problema que as escravizadas enfrentavam era o estupro, que acontecia em todas as sociedades escravistas. O tema é normalmente silenciado ou idealizado como um encontro amoroso, ou quase, ocorrido sob os auspícios de uma escravidão íntima e adocicada. Vistas como portadoras de uma sensualidade exagerada ou como mulheres passivas - interpretação adotada pelo abolicionismo inglês e assumida como realidade por autores como Gilberto Freyre -, quase sempre a culpa do abuso era atribuída às vítimas [...] Escravas domésticas eram assaltadas dentro de casa, engravidavam e tinham que criar os filhos; não apenas compartilhando espaço com o homem que delas abusava, como sofrendo - com as crianças - as consequências disso. Mães e filhos conviviam com esposas e meio-irmãos, compondo situações de alta tensão, ciúme e castigos que podiam terminar na venda em separado de mães e filhos (MACHADO, 2018, p. 338).

O estupro, de certa forma, foi decisivo para o processo de mestiçagem no Brasil. *Vazante* (2017), filme de Daniela Thomas, personifica a fala de Maria Helena Machado: vendido como um filme “sobre a escravidão”, a narrativa surge mais como uma representação idealizada sobre o período escravocrata no Brasil, mas nos demonstra como as relações entre senhores e escravos se estabelecia, pelo olhar de uma garota branca. Antônio, o senhor de escravos, vive invadindo a senzala atrás da escrava Feliciano, a quem estupra, por mais

¹ Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2322/a-negra>. Acesso em 01 dez 2020.

que seja casado com Beatriz, a garota branca. Ao desenrolar da narrativa, tanto Feliciano quanto Beatriz engravidam, em um ensaio elucidativo sobre como as vidas negras são descartáveis para o Brasil escravocrata.

Ainda sobre a construção teórica de Angela Davis, sobre a forma como a mulher escravizada era sujeitada ao sistema, a filósofa afirma:

Como mulheres, as escravas eram inerentemente vulneráveis a todas as formas de coerção sexual. Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas. O estupro, na verdade, era uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras [...] As escravas eram muito mais lucrativas do que os trabalhadores do sexo masculino, tanto livres quanto escravos [...] Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão ‘masculino’ quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências durante a escravidão [...] essas mulheres podem ter aprendido a extrair das circunstâncias opressoras de sua vida a força necessária para resistir à desumanização diária da escravidão. A consciência que tinham de sua capacidade ilimitada para o trabalho pesado pode ter dado a elas a confiança em sua habilidade para lutar por si mesmas, sua família e seu povo (DAVIS, 2016, p. 20; 23-24).

O trabalho era o que sustentava a ideia de escravidão e é através dela que as outras formas de pensar a sociedade escravizada vai se constituindo: pautada por um patriarcado, as mulheres se tornaram o eixo da relação familiar tanto no período escravocrata como no período pós-abolição. Na literatura de Maria Firmina dos Reis, as personagens Joana e Susana, dos contos *A escrava* e *Úrsula*, se constituem como forças matriarcais, que dão sentido e segurança aos outros personagens. Isabel Cristina Reis nos leva a pensar como a constituição da família escrava enfrenta a ideia de família brasileira proposta por Gilberto Freyre, que comporta o pai como figura central:

Esse interesse pela investigação sobre a família escrava cresceu, em meio a um cenário mais amplo de discussões, quando buscava-se estudar as diferentes formas de vida experimentadas, concreta e cotidianamente, pelos vários segmentos formadores da sociedade brasileira, e não apenas aquelas das elites agrárias. Era isso que se fazia até então, quando se tomava o conceito de ‘família patriarcal’, formulada por Gilberto Freyre no livro *Casa-grande & senzala*, cuja versão original data do ano de 1933, como o modelo principal de família, em torno do qual gravitavam os demais [...] a despeito dos obstáculos à constituição da família escrava, ela não só existiu, como, com muita frequência, pôde experimentar uma certa estabilidade no tempo. Ela se constitui como uma instituição importante para os escravizados e, muitas vezes, para os proprietários. Houve quem argumentasse que a família escrava teria funcionado como um elemento estrutural de adaptação ao escravismo. Contudo, é possível também verificar que nem sempre o parentesco escravo favoreceu a pacificação dos conflitos no interior das relações escravistas, os quais costumava aflorar sempre que as relações familiares eram ameaçadas pelo poder senhorial (REIS, 2018, p. 225-226).

A família patriarcal, até os dias atuais, perdura a ideia de que este é o ideal da família brasileira, ainda que o abandono parental seja uma realidade. Se no período escravocrata a ordem familiar era ameaçada pelo poder senhorial, no Brasil pós-Abolição é a ineficácia

e onisciência do Estado que vai abalar a harmonização familiar: *O filho de Gabriela* (1922), conto de Lima Barreto, personifica o papel da mulher afro-brasileira em inserir o negro no mercado de trabalho e demonstra a luta de Gabriela em criar o filho, que só tem a mãe a quem se amparar.

Em um contexto norte-americano, Angela Davis fala sobre a constituição da família escrava, que também tem a figura feminina em um papel de destaque:

Muito tem sido dito sobre o modo como os proprietários de escravos definiam a família negra: uma estrutura biológica matrilocal. Os registros de nascimento em muitos latifúndios omitiam o nome do pai, contendo apenas a mãe da criança [...] A maioria das análises historiográficas e sociológicas sobre a família negra durante a escravidão presume simplesmente que a recusa do senhor de reconhecer a paternidade entre seus escravos se converteu de forma direta em um arranjo familiar matriarcal criado pela própria população escravizada [...] Seus filhos precisavam de exemplos masculinos fortes do mesmo modo que suas filhas precisavam de exemplos femininos fortes. Se as mulheres negras sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam de igualdade com seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão (DAVIS, 2016, p. 26; 31).

Ainda que condenada a um sistema opressor, condicionando-a a situações sub-humanas, a mulher negra irá encontrar medidas de resistência. Novamente, Angela Davis nos fala sobre os processos de resistências que serão adotados pelas mulheres:

Em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais [...] as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência [...] Mais uma vez, é importante lembrar que os castigos infligidos a elas ultrapassavam em intensidade aqueles impostos aos homens, uma vez que não eram apenas açoitadas e mutiladas, mas também estupradas (DAVIS, 2016, p. 35 -36).

Assim como existe um resgate por parte de Maria Firmina dos Reis, em um sistema que condenava a sua cor, também há um resgate pelas mulheres que resistiram ao sistema escravocrata no Brasil, a exemplo de Dandara dos Palmares e Luiza Mahin. Mais conhecida por ter sido mãe do poeta e “advogado dos escravos” Luis Gama, Luiza Mahin foi uma das idealizadoras da Revolta dos Malês (1835), na cidade de Salvador/BA. Mulher alforriada, alfabetizada, muçulmana e quitandeira, a mãe do escritor do Romantismo foi libertária e uma das pioneiras da causa abolicionista, recordada por seu filho como “[...] uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô da nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã [...] a cor era de um preto retinto e sem lustro [...] Era muito ativa, geniosa, insofrida e vingativa” (BENEDITO, 2011, p. 61).

Como “a história nunca contada”, como versa o samba enredo da Mangueira de 2019, esses personagens (re)configuram os nossos heróis nacionais: não se deve ao crédito

da Abolição da Escravatura à Princesa Isabel quando em 1884, em Fortaleza, Francisco José do Nascimento, também conhecido como Dragão do Mar, declara livre todo e qualquer negro escravizado que chegasse ao seu porto. A vida do negro na escravidão, apesar de romantizada pela história, é marcada por mortes, revoluções e resistências, enfrentando o Estado, a Igreja e o ainda precário Judiciário da época:

As causas predominantes da morte entre os escravos, como na população geral, foram doenças infecciosas e crises nutricionais. Entre as crianças, a desnutrição e a oferta de água de baixa qualidade sanitária, que ocasionava desintéria, eram as principais causas da mortalidade infantil. Os dados sobre a mortalidade da cidade do Rio de Janeiro no século XIX mostram que a tuberculose foi a principal causa no meio urbano. Os escravos sofriam doenças e lesões relacionadas ao trabalho, bem como a varíola, doenças parasitárias e infecções da pele. A desnutrição, doenças sexualmente transmissíveis, vermes, insetos e doenças de pele e dos olhos eram comuns. Ademais, em comparação com as pessoas livres, os escravos teriam maiores taxas de mortalidade relacionadas às epidemias de febre amarela e de cólera que atingiram o Brasil em meados do século XIX (KLEIN, 2018, p. 192).

Nessa perspectiva, o anseio pela morte, a fuga até os quilombos e a alforria surgiam como alternativas para fugir das brutalidades da escravidão. No entanto, nem sempre elas eram eficazes e, quando capturados, o castigo era pior: configurava-se em açoites em praça pública para que os outros escravos ficassem com medo e evitassem a fazer o mesmo (GRINBERG, 2018, p. 144).

Apesar da eficácia da alforria, nem sempre ela se constituiu como válida, podendo o negro voltar à condição de escravo, como é o caso de Luis Gama e Solomon Northrup. Sobre a alforria, em um contexto brasileiro, Eduardo Paiva ressalta que esta foi essencial para a consolidação e o reconhecimento de um século XVII “africanizado”, pautado pela mestiçagem, produzindo “famílias mistas pobres e remediadas, que atuaram diretamente no fomento das atividades econômicas urbanas e das formas de sociabilidade, possibilitando a formação de pecúlio por parte dos escravos, com o qual compravam suas alforrias” (PAIVA, 2018, p. 94). Herbert Klein, nessa perspectiva, nos traça uma demografia da alforria, refletindo sobre o perfil do negro alforriado:

Em geral, os africanos constituíram um terço do total de escravos alforriados em cerca de vinte municípios para os quais há evidências [...] A cor dos escravos também teve impacto nas alforrias, sendo os pardos mais numerosos do que os pretos entre a população livre, o oposto do que ocorreu entre a população escrava, na qual os pretos eram dominantes. Assim, no primeiro censo nacional imperial de 1872, os pretos constituíram 68% dos escravos e apenas 22% das pessoas livres de cor (KLEIN, 2018, p. 188).

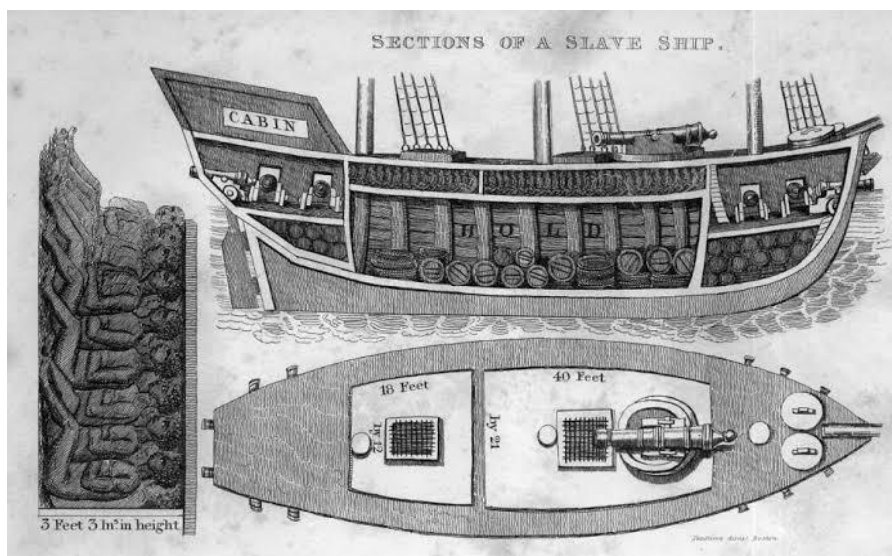
O escravo brasileiro é representado, muitas vezes, de forma genérica. Entender o negro escravizado em seus múltiplos papéis é compreender porque foi tão influente na constituição da identidade e na cultura brasileira, desde a culinária a alguns comportamentos adotados pelo brasileiro, como a figura das empregadas domésticas.

REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE: O ESCRAVIZADO NA LINGUAGEM ARTÍSTICA DO SÉCULO XIX

Antes que possamos refletir sobre seus múltiplos papéis, é necessário entender que o “Brasil foi o maior receptor de escravos africanos da América, tendo somado pelo menos 4,8 milhões de pessoas até 1850” (KLEIN, 2018, p. 185), bem como foi o último país a

abolir a escravidão. Transportados através de navios, que seriam conhecidos como navios negreiros, as suas condições eram desumanas, com lugares sujos, mal iluminados, sem condição de higiene e forma de locomoção, como demonstra a imagem 2.

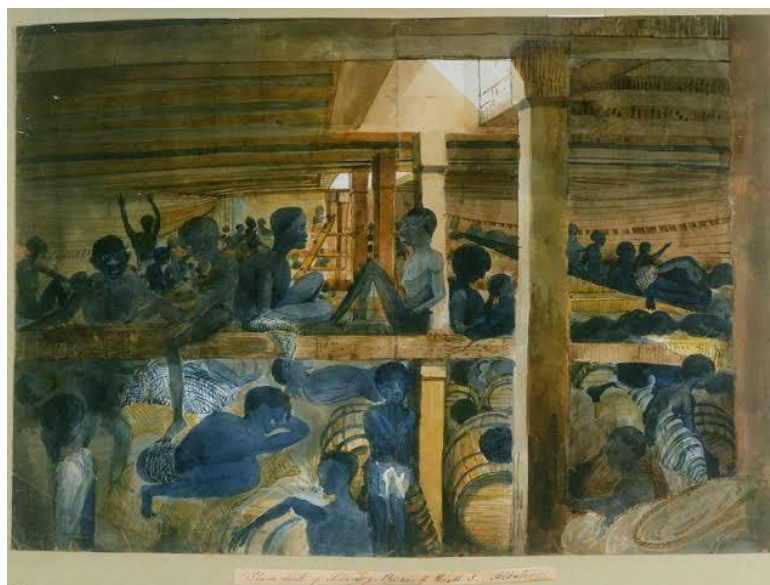
Figura 2 - Sections of a Slave Ship, de Francis Meynell



MEYNELL, Francis. **Sections of a slave ship**. [1830].²

Ainda há uma certa irregularidade no que se sabe sobre esses navios, mas seus relatos podem ser encontrados em algumas literaturas, como na *Biografia de Mahommah Gardo Baquaqua* e em *Úrsula*, no capítulo IX, quando a escrava Susana relata o seu traslado da África até o Brasil. Paul Gilroy, ao teorizar sobre as relações culturais afro-americanas e afro-europeias, defende que é justamente no navio negreiro que se nasce uma nova identidade, personificando o conflito identitário do sujeito afro-americano, que vive em uma eterna diáspora, em busca de se reconhecer e ser reconhecido como sujeito.

Figura 3 - Hold of Brazilian Slave Ship, de Francis Meynell



MEYNELL, Francis. **Hold of Brazilian slave ship**. [1845].³

² Disponível em: <https://classroom.monticello.org/media-item/sections-of-a-slave-ship/>. Acesso em 02 dez 2020.

³ Disponível em: <https://collections.rmg.co.uk/archive/objects/510847.html>. Acesso em 02 dez 2020.

É no traslado intenso, nas condições degradantes do espaço físico, na (inter)projeção do sujeito que o escravo ressurgue, em um processo patológico e psicológico, como defende a escritora afro-americana e o psiquiatra martinicano, Toni Morrison e Frantz Fanon. O negro, devido aos traumas da violência, a descredibilidade de sua humanidade, o reforço de sua “inferioridade” entra em um processo de descrença, no qual se transveste no desejo de ser branco, pela aceitação deste indivíduo pelo corpus social. O desejo de ser branco consiste em uma construção ideológica, como defende Frantz Fanon (2008, p. 39-41), haja vista que a ideia do negro é construída pelo próprio “branco”.

A vivência no navio negreiro foi longa e árdua: eram meses de viagem, a penumbra de doenças e um lugar com péssimas higiênes. Quem morria, era jogado no mar. E alguns se jogavam no mar com medo de serem comidos pelo homem branco, já que sabiam que o retorno para a sua terra natal era inevitável. Em *País sem chapéu* (1996), o escritor haitiano Dany Laferrière tece a tese de que os haitianos são zumbis, ora pelas condições em que vivem, ora por sua condição de origem, ao acreditar que quando os africanos foram trazidos até a América, deixaram suas almas e só vieram os seus corpos, como zumbis.

No entanto, aos que sobreviviam, Jaime Rodrigues (2018, p. 344) afirma que havia uma certa alegria em estar em terra livre, ainda que na condição de escravos, o que não devia ser tão consciente por parte dos africanos. Era comum que, quando já estivessem em terras brasileiras, fossem vendidos em praças públicas, no qual os senhores os avaliavam como objetos - o que vem a colaborar para a forma como vão ser tratados pelo Estado, sem qualquer personalidade humana ou jurídica.

Figura 4 - Mercado de escravos da rua do Valongo, de Jean-Baptiste Debret



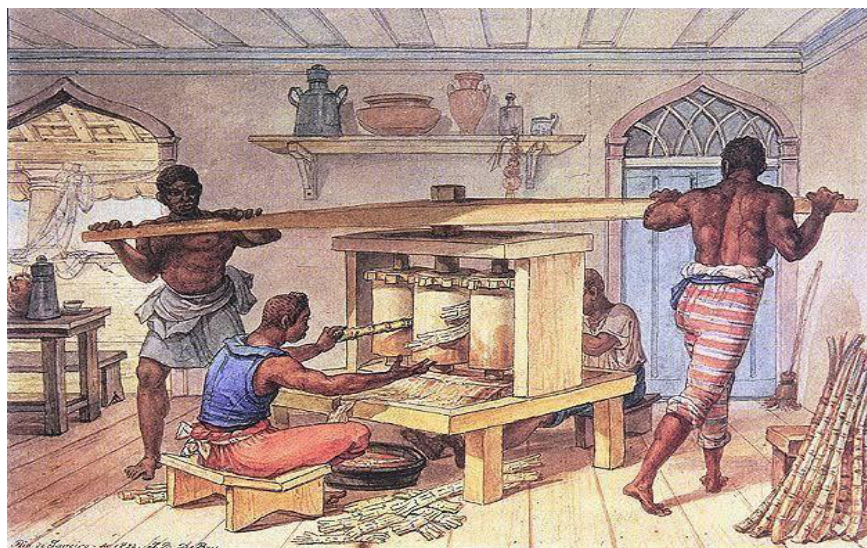
DEBRET, Jean-Baptiste. **Mercado de escravos da rua do Valongo**. [1822]⁴.

O pintor Jean-Baptiste Debret foi um dos grandes responsáveis em pintar o Brasil do século XIX, desde os nativos até a família real portuguesa. Na imagem 4, observamos que crianças, homens e mulheres são vendidos em um galpão sob o olhar de um homem branco, avaliados como animais, sob um aspecto de desnutrição e sem personalidade, a desconsiderar a delimitação dos traços do escravizado.

⁴ Disponível em: <https://lehmt.org/2020/05/14/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-33-cais-do-valongo-rio-de-janeiro-rj-yna-e-lopes-dos-santos/>. Acesso em 02 dez 2020.

O escravo, depois de comprado, ia assumir diversas funções: o escravo de engenho, o escravo de minas, o escravo de comércio, o escravo de transporte e o escravo doméstico. Cada tipo de escravo fundamentou uma cultura brasileira, ora urbana, ora caipira, ora sertaneja - com processos de resistência e de convivência adaptada à cada realidade. Homogeneizar o escravo, tratando-o como uma única só coisa é prejudicial para a compreensão de sua participação na formação da brasilidade, tanto literária quanto identitária.

Figura 5 - *Engenho manual que faz caldo de cana*, de Jean-Baptiste Debret



DEBRET, Jean-Baptiste. **Engenho manual que faz caldo de cana**. [1822]⁵.

O escravo de engenho estava habituado a uma vida rural, bem como o escravo de minas. Nos parece que este é o escravo mais comum no imaginário coletivo, onde temos um escravo forte, musculoso, propício para o trabalho - é esta identidade, portanto, que fundamentará a brasilidade nas pinturas de Tarsila do Amaral e Candido Portinari. Um homem de braços e pernas propícias para o trabalho braçal, sem tempo para refletir sobre a sua própria condição social.

O escravo de minas, era o correlativo do escravo de engenho, mas na busca dos principais minérios, como o ouro. O que os diferencia é exatamente a região onde se encontram: os engenhos concentrados no nordeste e os minérios na parte mais ao sul do Brasil.

Sob o olhar dos capatazes, os escravos exercem o trabalho pesado do minério, da extração à seleção. Em um contexto urbano, diferenciado dos demais escravos até aqui apresentados, temos o escravo do comércio, responsáveis pelo ordenamento econômico da época. Influenciaram a forma de negociação do comércio na mesma medida em que foram propícios à causa abolicionista, haja vista que se relacionavam diretamente com a sociedade da época, ocupando um lugar “privilegiado”. Luiza Mahin, por exemplo, conquistava pessoas à sua causa na venda de seus quitutes.

⁵ Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra61279/engenho-manual-que-faz-caldo-de-cana>. Acesso em 02 dez 2020.

Figura 6 - Quintandeira da Lapa, de Henry ChamberlainCHAMBERLAIN, Henry. **Quintandeira da Lapa**. [1818]⁶.

Jean-Baptiste Debret, em suas iconografias, representou a vivência desse escravo, que modelou “o jeitinho brasileiro”. Na iconografia, podemos observar que, ainda que seja um trabalho mais leve se comparado aos outros, exigia força e trabalho pesado, haja vista que eles não estavam isentos dos açoites e castigos pelos seus senhores. Ainda nesse contexto urbano, temos o escravo de transporte, que era responsável por locomover seus senhores em liteiras, independentemente da longitude e das condições da estrada.

Figura 7 - Regresso à cidade de um proprietário de chácara, de Jean-Baptiste DebretDEBRET, Jean-Baptiste. **Regresso à cidade de um proprietário de chácara**. [1835]⁷.

Na pintura, podemos observar a comodidade e a vida serviçal dedicada aos senhores. Carregado por dois escravos, o homem branco é carregado sem considerar as situações às quais os escravos estão sujeitados. Percebe-se, desde então, que ainda que escravos, as vestimentas mudam conforme a posição que assumem. E, por fim, o escravo mais conhecido da sociedade brasileira: o que habita o plano doméstico, a serviço de seu senhor.

Em uma representação que ainda nos é contemporânea, a imagem a seguir retrata um perfil fiel do Brasil colonial e escravocrata do século XIX, que presta seus empregados

⁶ Disponível em: <https://historialivre.com.br/escravos-negras-no-brasil/chamberlain-henry-1819-1820-quitadeiras-da-lapa-rio-de-janeiro/>. Disponível em 02 dez 2020.

⁷ Disponível em: <https://voyager1.net/regresso-de-um-proprietario-de-jean-baptiste-debret/>. Acesso em 02 dez 2020.

domésticos a uma posição de “quase da família”, na imagem da mulher alimentando a criança escravizada, mas que deve ter consciência da sua posição, na marginalidade da tela e na postura sempre alerta, para servir o seu senhor, sempre que necessário.

Figura 8 - Um jantar brasileiro (1827), de Jean-Baptiste Debret



DEBRET, Jean-Baptiste. **Um jantar brasileiro.** [1827]⁸.

Com uma vestimenta quase europeizada, o “negro da casa” cumpriu diversos papéis, mas dentre as relações de poder com os seus senhores, foi o que mais encontrou-se em privilégio, constituindo uma condição patológica pautada na servidão e o olhar bondoso para o seu senhor, como defende Malcolm X. Ainda que a escravidão tenha sido plano de fundo de boa parte da literatura firminiana, esse não era o único plano temático de sua literatura, o que configura a sua complexidade no plano linguístico e estrutural. No entanto, entender que o Brasil do século XIX é permeado por construções impositivas, apesar de pregar os ideais da Revolução Francesa, é compreender a importância de uma literatura que ressurge e se afirma no silenciamento.

Ao considerar os diversos fatores e temáticas que a literatura afro-feminina se propõe a pensar, dentre as quais listamos algumas, é necessário refletir sobre a proposta dessa literatura: concebida desde o século XIX, a literatura afro-feminina (consoante à literatura afro-brasileira, afro-americana e africana) se propõe a exprimir a experiência negra, desde a vivência na África, antes do tráfico de escravos, até a vivência na favela, tematizando sobre maternidade, opressão, trabalho, estupro e abandono parental/estatal, temas que lhe parecem universais.

Diferente da condição masculina, a escrita feminina detém um contexto precário: é necessário que a mulher, segundo Virginia Woolf, em *Um teto todo seu* (2014), tenha uma independência financeira, social e psicológica. Para a escritora, não basta deter uma situação financeira estabelecida, se a sociedade faz com que a sua produção seja silenciada por sua condição de gênero; da mesma forma, sobre a condição psicológica, é necessário considerar todos os danos permanentes que a pressão social causa à mulher, desde o controle de sua sexualidade até a sua prisão ao meio doméstico. Logo, se a ela não é possível alcançar

⁸ Disponível em: https://www.serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-antigas/noticias-2016/raca-e-conceito-socialmente-construido/jantar_brasileiro_debret.jpg/view. Acesso em 02 dez 2020.

os espaços que não sejam os seus próprios, há uma barreira que se põe contra o que deseja, como bem descreve na elaboração sobre a relação entre mulher e ficção:

[...] uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção; e isso, como vocês verão, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção. Esquivei-me da obrigação de chegar a uma conclusão sobre esses dois assuntos - mulheres e ficção permanecem, no que me concerne, problemas não resolvidos. [...] De qualquer forma, quando o assunto é controverso - e qualquer questão que envolve sexo é -, não se pode esperar verdade. Só se pode mostrar como se chegou a ter opinião que se tem. Só se pode dar ao público a oportunidade de tirar as próprias conclusões ao observar as limitações, os preconceitos, as idiossincrasias do palestrante. É mais provável que a ficção contenha mais verdade do que o fato (WOOLF, 2014, p. 12-13).

Em sua obra, Virginia Woolf tece a importância da independência econômico-social da mulher, em virtude da sua própria escrita. Para a escritora britânica, em sua análise da trajetória pessoal e da construção literária de Jane Austen, uma mulher precisa de todo um suporte econômico e de aceitação, para que assim possa divulgar o que produz, sem o uso de pseudônimos masculinos ou qualquer outro artifício que mascare a sua identidade. Ainda em sua biografia, em *Profissões para mulheres e outros artigos feministas* (WOOLF, 2016), a escritora tece as confluências do uso do pseudônimo masculino, como uma tentativa de mascarar a presença das mulheres na Historiografia Literária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo, a escravidão foi entendida como um processo histórico e econômico, decorrente de uma naturalidade entre os sujeitos, que se findou quando a Abolição da Escravatura foi declarada, em 1888, pela Princesa Isabel. A passos largos, relutantes e oriundos de uma imposição internacional, o fim da escravidão não mudou somente os cenários então citados, mas ressignificou, também, as relações sociais, haja vista que a servidão era vista com naturalidade, como percebemos nas imagens.

No entanto, devemos supor, também, que esse processo emana de uma luta pela liberdade que atravessa todo o século XIX. A instabilidade social e política, de uma nação já miscigenada, mas atrasada por seus princípios escravocratas, dão voz à discussão que apresentamos neste artigo, no qual refletimos sobre os discursos produzidos nas obras apresentadas. Através de suas textualidades, concebemos um olhar conciso a esse período que ainda nos é tão pertinente em nossas experiências: desde a violência policial ao processo de favelização e ao negrocídio.

Nessa perspectiva, ao nos debruçarmos sobre aspectos dessa vivência escrava, estabelecemos uma visão heterogênea a esse escravizado, para que, assim, possamos entender a pluralidade e a complexidade desses sujeitos, que ainda nos são particulares. Revisitar essas construções nos levam a uma reflexão necessária a um período que ditou os lugares e as relações que brancos e negros têm no Brasil.

Dessa forma, evidenciamos que movimentos artísticos ascenderam à necessidade de construir uma identidade nacional, reafirmando suas características que se configurariam enquanto marcantes para pensar o território. No caso do Brasil, ressaltamos algumas obras que nos fizeram refletir sobre os diversos papéis que os escravos, condicionados a

representação de mão de obra necessária e produto de troca entre seus senhores, estavam submersos. Ao refletir, dessa forma, sobre as suas condições de vida e resistências, empregadas em meio ao sistema escravagista, encontrando maneiras de constituírem famílias e preservarem costumes e modos de viver.

Contudo, é por meio do que definimos sobre estéticas da escravidão, que o diálogo se ampliou para pensar as demais temáticas que envolviam o sistema, que mesmo após seu término, os efeitos ainda são sentidos, pela necessidade de lutar por direitos civis e básicos à integridade humana e, em certa medida, atuar contra a inferiorização constituída durante o longo período de escravidão.

AESTHETIC ARTICULATIONS BETWEEN LITERATURE AND IMAGES: SLAVERY IN A HISTORICAL PERSPECTIVE

ABSTRACT: This article aims to reflect on literary and imagery aesthetics, as linguistic forms focusing on slavery. Among the analyzed productions, we propose a debate that surrounds the issues of gender and race from a theoretical-comparative basis of the images of Jean-Baptiste Debret (1818, 1822, 1827, 1835), Henry Chamberlain (1830), Francis Meynell (1845) and Tarsila do Amaral (1930), and also the letters of Maria Firmina dos Reis (2018), Angela Davis (2016), Eduardo de Assis Duarte (2017), Sidney Chalhoub (2018), Herbert Klein (2018) and Keila Grinberg (2018). We dialogue with perspectives that focused on discussing the supposed condition of inferiority and the representation of the black, inserted in a logic of power and control over the other.

KEYWORDS: Writing. Artistic-literary compositions. Slavery.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Tarsila. **A negra**. [1923]. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2322/a-negra>. Acesso em 01 dez 2020.
- BENEDITO, Mouzar. **Luis Gama: o libertador de escravos e sua mãe libertária**, Luíza Mahin. 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- CANTON, James (et al). **O livro da literatura**. Trad. Camile Mendrot (et al). São Paulo: Globo, 2016.
- CHALHOUB, Sidney. **Literatura e Escravidão**. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. GOMES, Flávio dos Santos. (org). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CHAMBERLAIN, Henry. **Quintadeira da Lapa**. [1818]. Disponível em: <https://historialivre.com.br/escravas-negras-no-brasil/chamberlain-henry-1819-1820-quitadeiras-da-lapa-rio-de-janeiro/>. Disponível em 02 dez 2020.
- CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEBRET, Jean-Baptiste. **Regresso à cidade de um proprietário de chácara**. [1835}. Disponível em: <https://historialivre.com.br/escravas-negras-no-brasil/chamberlain-henry-1819-1820-quitadeiras-da-lapa-rio-de-janeiro/>. Disponível em 02 dez 2020.
- DEBRET, Jean-Baptiste. **Um jantar brasileiro**. [1827]. Disponível em: https://www.serpro.gov.br/menu/noticias/noticias-antigas/noticias-2016/raca-e-conceito-socialmente-construido/jantar_brasileiro_debret.jpg/view. Acesso em 02 dez 2020.
- DEBRET, Jean-Baptiste. **Engenho manual que faz caldo de cana**. [1822]. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra61279/engenho-manual-que-faz-caldo-de-cana>. Acesso em 02 dez 2020.
- DEBRET, Jean-Baptiste. **Mercado de escravos da rua do Valongo**. [1822]. Disponível em: <https://>

- lehmt.org/2020/05/14/lugares-de-memoria-dos-trabalhadores-33-cais-do-valongo-rio-de-janeiro-rj-yna-e-lop-es-dos-santos/. Acesso em 02 dez 2020.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis, mulher de seu tempo e de seu país. In: REIS, Maria Firmina. **Úrsula**. 6. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- GRINBERG, Keila. Castigos físicos e legislação. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. GOMES, Flávio dos Santos. (org). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- KLEIN, Herbert. Demografia da escravidão. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. GOMES, Flávio dos Santos. (org). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LAFERRIÈRE, Dany. **País sem chapéu**. Trad. Heloísa Moreira. São Paulo: Editora 34, 2011.
- MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Mulher, corpo e maternidade. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. GOMES, Flávio dos Santos. (org). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MEYNELL, Francis. **Hold of Brazilian slave ship**. [1845]. Disponível em: <https://collections.rmg.co.uk/archive/objects/510847.html>. Acesso em 02 dez 2020.
- MEYNELL, Francis. **Sections of a slave ship**. [1830]. Disponível em: <https://classroom.monticello.org/media-item/sections-of-a-slave-ship/>. Acesso em 02 dez 2020.
- PAIVA, Eduardo França. Alforrias. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. GOMES, Flávio dos Santos. (org). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- REIS, Isabel Cristina Ferreiro. Família escrava. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. GOMES, Flávio dos Santos. (org). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras**. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2018.
- RODRIGUES, Jaime. Navio negreiro. In: SCHWARCZ, Lília Moritz. GOMES, Flávio dos Santos. (org). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- VAZANTE**. Direção: Daniela Thomas. Brasil: Cisma Produções, Dezenove Som e Imagem, Ubkar Filmes, 2017. 116 min.
- WOOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Trad. Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Bia Nunes de Sousa; Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.